



Boletim Interno Eletrônico em 24/11/2025

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

PROVIMENTO Nº 11/2025

Regulamenta, no âmbito da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, o atendimento presencial fora das unidades de atendimento a eleitoras e eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, Desembargador SÉRGIO ROCHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo [artigo 10 da Resolução TSE nº. 23.742, de 23.05.2024](#), e pelo [artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal](#),

CONSIDERANDO o disposto no [Provimento CGE nº 3, de 05.06.2025](#), que faculta às Corregedorias Regionais Eleitorais a edição de normas complementares para regulamentar o atendimento eleitoral fora das instalações da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 14, 15 e 46 da [Resolução TSE nº 23.659](#), de 26 de outubro de 2021, que tratam do atendimento ao eleitor, da acessibilidade e do atendimento itinerante;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos padronizados que assegurem a acessibilidade e a inclusão no atendimento eleitoral, garantindo o exercício da cidadania às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) acerca da viabilidade técnica para a realização de atendimentos fora das instalações da Justiça Eleitoral, desde que observadas as condições operacionais mínimas e o devido planejamento prévio,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Provimento disciplina os procedimentos para a solicitação, autorização e realização do atendimento eleitoral presencial fora das instalações da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, em caráter excepcional, a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que justifiquem a impossibilidade de

comparecimento às unidades de atendimento ou de utilização dos serviços virtuais.

Art. 2º. Constatada a dificuldade de acesso aos serviços eleitorais, as unidades de atendimento ao(a) eleitor(a) deverão prover o atendimento presencial em:

- I – localidades que dificultem ou onerem demasiadamente o comparecimento da pessoa ao atendimento; e
- II – locais onde se encontrem pessoas justificadamente impedidas de comparecer ao cartório eleitoral.

Art. 3º. Para os fins deste Provimento, consideram-se:

- I – Unidades de Atendimento: os Cartórios Eleitorais, as Centrais de Atendimento ao Eleitor e os Postos de Atendimento da Justiça Eleitoral do Distrito Federal;
- II – STIC: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- III – SAO: Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças.

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO E DA ANÁLISE JUDICIAL

Art. 4º. O atendimento presencial fora das instalações das unidades de atendimento da Justiça Eleitoral do Distrito Federal poderá ser autorizado, em caráter excepcional, a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que se encontrem justificadamente impedidas de comparecer a uma unidade de atendimento ou de utilizar os canais de atendimento virtual.

Art. 5º. O requerimento para o atendimento de que trata este Provimento deverá ser formulado pela pessoa interessada ou por meio de curador(a), apoiador(a) ou procurador(a) legalmente constituído(a), e dirigido ao Juízo Eleitoral da zona de inscrição da eleitora ou do eleitor.

§ 1º O requerimento deverá conter:

- I – a qualificação completa da pessoa a ser atendida;
- II – o endereço completo do local onde se pretende o atendimento;
- III – a descrição detalhada das circunstâncias que impedem o comparecimento à unidade de atendimento ou a utilização dos serviços virtuais;
- IV – documentação comprobatória da condição alegada, se houver, tal como laudo ou atestado médico.

§ 2º As justificativas apresentadas serão examinadas pela Juíza ou pelo Juiz Eleitoral da zona da inscrição da pessoa requerente.

§ 3º O atendimento individual, caso deferido, deverá ser exclusivo à pessoa requerente, cujas condições físicas ou de saúde tenham justificado a excepcionalidade da situação.

Art. 6.º Ao analisar o requerimento, a autoridade judiciária deverá ponderar as condições para o deslocamento de equipamentos e de pessoal, bem como a garantia do menor impacto possível à manutenção do atendimento ordinário na unidade.

Art. 7.º Verificada a plausibilidade jurídica do pedido, a Juíza ou o Juiz Eleitoral determinará ao Cartório Eleitoral que consulte as unidades técnicas competentes sobre a viabilidade operacional do atendimento.

Parágrafo único. Somente após a confirmação da viabilidade técnica e logística, a autoridade judiciária proferirá decisão definitiva de deferimento do pedido.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Art. 8.º Deferido o pedido, o Cartório Eleitoral deverá comunicar à STIC, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, o local, a data e o horário previstos para o atendimento, a fim de que sejam adotadas as seguintes providências:

I – Quanto aos equipamentos e suporte técnico, sob responsabilidade da STIC:

- a) mobilização de, pelo menos, um técnico da SEAPU e um da SETEL;
- b) preparação e teste dos computadores, kits biométricos e impressoras necessários;
- c) garantia de suporte técnico, presencial ou remoto, para a instalação e o funcionamento dos equipamentos no local do atendimento.

II – Quanto à conectividade com os sistemas eleitorais, a ser avaliada pela STIC:

- a) verificação da possibilidade de uso da rede de internet local, mediante análise de sua estabilidade; ou
- b) avaliação da viabilidade de utilização de internet via satélite, considerando as condições do local para instalação dos equipamentos (visada para o satélite, ponto de energia elétrica e segurança).

III – Quanto à logística e infraestrutura, sob responsabilidade da SAO, mediante solicitação do Cartório Eleitoral:

- a) providência de transporte para o deslocamento de servidoras, servidores e equipamentos;
- b) verificação da existência de rede elétrica e mobiliário adequados no local do atendimento.

Art. 9.º Após o deferimento e a confirmação da viabilidade operacional, o Cartório Eleitoral deverá agendar o atendimento e comunicar imediatamente à Corregedoria Regional Eleitoral, informando os dados da pessoa a ser atendida, o local, a data e o horário agendados.

Art. 10. Realizado o atendimento, o Cartório Eleitoral deverá registrar no Cadastro Eleitoral o código de ASE 396, motivo/forma 4 (deficiência que impossibilita ou torna excessivamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais), caso a condição da eleitora ou do eleitor se enquadre permanentemente em tal hipótese, a fim de isentá-la(o) de futuras convocações e da aplicação de multas por ausência às urnas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O atendimento externo disciplinado por este Provimento não constitui direito subjetivo da eleitora ou do eleitor, configurando-se como medida de caráter excepcional, cuja autorização depende da análise de conveniência e oportunidade da autoridade judiciária e da efetiva viabilidade operacional.

Art. 12. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **SÉRGIO ROCHA**
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Xavier de Souza Rocha, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**, em 22/11/2025, às 18:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-df.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1937752** e o código CRC **DEBE328F**.